

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.484 - CE (2019/0041454-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : GIANCLES FILGUEIRA SANTOS
ADVOGADOS : JOSE ISAIAS RODRIGUES TOMAZ E OUTRO(S) - CE017210
LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS -
CE018185
CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO - CE017410
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
INTERES. : ANTONIO GILDERLANDE OLIVEIRA SARAIVA E OUTROS
ADVOGADOS : THIAGO EMANUEL ALEXANDRINO DE OLIVEIRA -
CE017028
RAFAEL MOTA REIS - CE027985
JEINE LISANA PAULINO LOIOLA - CE028998

DECISÃO

GIANCLES FILGUEIRA SANTOS requer a suspensão de decisão proferida pela Desembargadora Lisete de Sousa Gadelha, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), que, nos autos do Agravo de Instrumento n. 0620829-47.2019.8.06.0000, deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso em questão.

Na origem, o requerente e outros vereadores do Município de Milagres (CE) ajuizaram ação ordinária objetivando validar sessão da Câmara Municipal anulada pelo presidente do órgão na qual fora eleita a nova mesa diretora para o biênio 2019/2020.

A medida liminar foi deferida para, “suspendendo a decisão administrativa que anulou a sessão do dia 30/11/2018, determinar a posse da mesa diretora eleita naquela oportunidade” (fl. 68).

Contra referida decisão, os interessados interpuseram agravo de instrumento, no qual foi concedida medida liminar para suspender a posse da mesa diretora eleita na sessão do dia 30/11/2018.

Daí o presente pedido de contracautela, em que o requerente sustenta que a decisão impugnada representa indevida interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo, o que causaria instabilidade política e consequente lesão à ordem pública.

Argumenta que impedir que a mesa diretora legitimamente eleita por seus pares assumo o comando da Câmara Municipal local prejudica a necessária alternância de

poder.

É o relatório. Decido.

Preliminarmente, não cabe o conhecimento do presente requerimento, tendo em vista que **não se trata de ação movida na origem contra o requerente, mas de ação ordinária por ele ajuizada.**

Conforme o regime de contracautela previsto nas Leis n. 8.038/1990, 8.437/1992, 9.494/1997 e 12.016/2009, em controvérsias infraconstitucionais, compete à Presidência do STJ suspender, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, os efeitos de decisões proferidas, em única ou última instância, pelos tribunais locais ou federais que concedem ordem mandamental ou deferem liminar ou tutela de urgência **nas causas ajuizadas em desfavor do Poder Público ou de quem o represente.**

A propósito, dispõe o art. 4º da Lei n. 8.437/1992 o seguinte:

Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, **suspender**, em despacho fundamentado, **a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes**, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. (Grifei.)

Ou seja, a tramitação de ação cognitiva originariamente proposta contra o Poder Público com a finalidade de impugnar atos estatais é pressuposto para que o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso possa suspender a execução de decisões. Isso porque o propósito do instituto da suspensão de segurança é **reparar situação inesperada** que promova alteração no *status quo ante* em prejuízo do Poder Público. Veja-se a doutrina de Marcelo Abelha Rodrigues a respeito da matéria:

Tal instituto foi criado como meio processual para que o Poder Público, na condição de réu, possa dele valer-se para impedir que uma decisão judicial, provisoriamente executada, tenha eficácia que cause risco de lesão a determinado interesse público. Por isso, a finalidade do instituto é amordçar a eficácia executiva de uma decisão proferida contra o Poder Público, para que se mantenha de pé e intacta uma situação jurídica anterior ao processo. (*Suspensão de Segurança - Sustação da eficácia de decisão judicial proferida contra o Poder Público*. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2010, p. 146, grifei.)

Confirmam-se ainda precedentes sobre a questão:

AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. **AÇÃO MOVIDA PELO PRÓPRIO PODER PÚBLICO.** AUSÊNCIA DE EXECUÇÃO DE DECISÃO PROVISÓRIA EM DESFAVOR DO ESTADO. IMPOSSIBILIDADE DE PROVOCAR GRAVE LESÃO AOS BENS TUTELADOS NA LEI N.º 8.437/1992. NÃO CABIMENTO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO. INDEVIDA UTILIZAÇÃO DO INCIDENTE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO NÃO CONHECIDO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O pedido de suspensão de liminar tem como pressuposto a execução provisória de decisão judicial proferida contra o Poder Público e visa o sobrestamento da respectiva eficácia, porque presente o potencial lesivo ao interesse público tutelado pelo art. 4.º da Lei n.º 8.437/1992. Assim, o manejo do incidente suspensivo, via excepcional de defesa do interesse público, depende da existência de ação cognitiva em curso proposta contra o Poder Público requerente, como dispõem os §§ 1.º e 9.º do art. 4.º da referida lei.

2. A exigência legal de que a ação tenha sido ajuizada em desfavor do Poder Público tem sua razão de ser, na medida em que objetiva a proteção contra situação de surpresa a que o ente público poderia ser submetido, resguardando a coletividade de potencial risco de lesão aos bens legalmente tutelados. Se assim não fosse, o excepcional instituto da suspensão de liminar serviria como um mero sucedâneo recursal, a ser utilizado quando prolatada decisão desfavorável ao Poder Público em demanda por ele mesmo proposta.

3. No caso, não há decisão judicial provisória sendo executada em desfavor do Estado do Maranhão. A real pretensão veiculada no presente pedido suspensivo é a obtenção de reforma da decisão liminar que suspendeu o provimento favorável ao estado obtido na origem. Assim, a toda evidência, tem-se a utilização do instituto como sucedâneo recursal.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt na SLS n. 2.272/MA, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 14/9/2017, grifei.)

MAJORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. PROCURADORES ESTADUAIS APOSENTADOS. DECISÃO DETERMINANDO O BENEFÍCIO. PEDIDO SUSPENSIVO DEFERIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. NOVOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. APRESENTAÇÃO DE ARGUMENTAÇÃO NOVA. INOVAÇÃO NÃO PERMITIDA.

[...]

II - *In obiter dictum*, de acordo com os preceitos do art. 271 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **a decisão proferida em suspensão de segurança vigora até o trânsito em julgado da ação movida contra o estado, não sendo essa a situação apresentada.**

Embargos de declaração não conhecidos. (EDcl nos EDcl no AgRg na SS n. 2.753/BA, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/4/2016, grifei.)

Ante o exposto, **não conheço do pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

